SEQUESTRO DA SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O USO E CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO

CAROLINA DE SOUZA WALGER[1];
PATRICE MEIRELES DOS SANTOS SILVA[2];
RAFAELA OLESZYNSKI DOS SANTOS[3];
ROBERTA SILVA BARROS[4];
VINÍCIUS FERREIRA AMARAL[5]

[1]Universidade Federal do Paraná – carolina.walger@ufpr.br
[2]Universidade Federal do Paraná – patricemeireles@ufpr.br
[3]Universidade Federal do Paraná – rafaelaoleszynski@ufpr.br
[4]Universidade Federal do Paraná – robertabarros@ufpr.br
[5]Universidade Federal do Paraná - amaral.vinicius@ufpr.br

Contextualização

A compreensão sobre a centralidade do trabalho, desde Marx (2010), sustenta que as relações sociais de produção das condições materiais de existência constituem a sociedade. Isso significa que a forma como a sociedade (portanto, os sujeitos coletivamente) se organiza está relacionada ao modo de produção das suas condições materiais de existência. Faria (2004), ao propor a Teoria da Economia Política do Poder, argumenta que essas relações não são apenas econômicas, mas relações de poder, que se manifestam concretamente em mecanismos de controle. Na gestão capitalista do trabalho, esses mecanismos de controle visam assegurar a produção, ampliar a taxa de exploração dos trabalhadores (mais-valia) e viabilizar a acumulação simples e ampliada do capital (Faria, 2004).

Os mecanismos de controle se materializam de diferentes formas, objetivas e subjetivas. O controle objetivo sobre o trabalho e sobre o resultado do trabalho (controle do processo de produção, do tempo de trabalho, das técnicas e método, tempos e movimentos e medidas de disciplina) está posto nitidamente desde a Organização Científica do Trabalho (OCT), com Taylor, Fayol e Ford (Faria, 2004). Contudo, Faria (2004) argumenta que o controle subjetivo está presente desde a OCT, visto que há apropriação, por parte da gestão, do conhecimento, habilidades e experiências dos trabalhadores, bem como existem ações intencionais direcionadas ao comportamento do trabalhador, com vistas a garantir identificação, obediência, submissão, docilização, com influência nos hábitos, costumes e cultura, em síntese, na forma de pensar e agir do trabalhador, para além do espaço físico do trabalho.

Diante do desenvolvimento das forças produtivas, com a incorporação de novas tecnologias físicas e de gestão (Faria, 1992), e com a reorganização do processo de produção, marcada pelo toyotismo (produção flexível), os mecanismos de controle se transformam e se aperfeiçoam. Assim, as ações intencionais da gestão capitalista do trabalho quanto ao controle da subjetividade dos trabalhadores se tornam cada vez mais presentes e sofisticadas. É nesse contexto que Faria (2001) propõe o conceito de Sequestro da Subjetividade, o qual vem sendo aprofundado e desenvolvido em publicações do autor, entre 2001 e 2019.

A primeira menção ao fenômeno se dá em 2001, em um artigo publicado no EnANPAD (Faria; Meneghetti, 2001), e se manifesta de forma mais consistente no volume 3 do livro Economia Política do Poder (Faria, 2004). A partir de uma pesquisa com trabalhadores

dekasséguis[1], Faria e Meneghetti (2007) aprofundam as explicações sobre o conceito, o qual passa por refinamentos e elaborações em textos mais recentes (Faria, 2017; 2019). O argumento central é que o Sequestro da Subjetividade, em uma perspectiva histórica, é a forma mais desenvolvida e sofisticada de controle da subjetividade que se materializa nas práticas de monopólio da sedução empregadas por unidades produtivas sob o comando do capital (Faria, 2017).

"A fábrica não é mais apenas o local de trabalho, mas também de convivência social, de atividades de lazer, de ecumenismo e de vida familiar" e os programas de gestão, que se apropriam do conhecimento desenvolvido nas ciências humanas e sociais, seduzem "os trabalhadores em torno da crença em um ideal, valendo-se da condição humana de estabelecer relações afetivas de trabalho". Assim, o capital avança "sobre a vida plena do trabalhador, apropria-se ideologicamente também de seu tempo livre, torna-se a única referência existencial" (Faria, 2017, p.68 e 70). Desse modo, o sequestro da subjetividade limita a capacidade do trabalhador de elaborar criticamente sobre a realidade que o cerca, privando-o da liberdade de crença e da concepção autônoma, já que visa impor um sistema de valores e expressar a ideologia do sistema de capital. Por sua vez, na busca por ser aceito socialmente, o trabalhador passa a assumir padrões de conduta e regras estabelecidas pela organização produtiva, em prol de um abstrato coletivo.

É importante destacar que não é toda a condição de constituição da subjetividade do trabalhador que interessa à organização produtiva, mas apenas aquela que pode favorecer a produtividade e a relação afetiva com o trabalho. Faria e Meneghetti (2007) apresentam cinco elementos da subjetividade que são alvo do sequestro: (i) identificação – condição de ajustamento ao imaginário instituído pela organização produtiva com a finalidade de fazer com que o trabalhador o considere como parte de si; (ii) essencialidade valorizada – desenvolvimento de um sentimento a ser alimentado pelo trabalhador, pela indispensabilidade por motivo de merecimento, de crença no reconhecimento, pela organização produtiva, de seus méritos; (iii) colaboração solidária – investimento no desenvolvimento de atitudes voltadas à contribuição do trabalhador para com os projetos organizacionais, através da adesão, do vínculo, do apoio e do envolvimento com os grupos de trabalho; (iv) eficácia produtiva – projeto de criação de um tipo de crença na importância da colaboração efetiva para com a obtenção de melhores resultados do que aqueles previamente pretendidos; (v) envolvimento total – programas de instauração de sentimento de entrega à sedução e ao encantamento proporcionado por valores oferecidos pela organização produtiva e que atuam como aliciantes de comprometimento.

Tendo em vista a originalidade do conceito para explicar a realidade concreta das relações de trabalho sob o comando do capital, este resumo apresenta resultados prévios de uma investigação sobre o uso e contribuições da proposição.

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo geral realizar uma revisão de escopo sobre o conceito de sequestro da subjetividade, proposto por José Henrique de Faria. Desse modo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: (i) mapear publicações científicas que utilizam o conceito;

[1] Brasileiros de origem japonesa que trabalharam no Japão por um período curto de tempo, em condições de trabalho desqualificadas. Apesar de viverem em situação precária de trabalho, se identificavam fortemente com ele.

(ii) identificar dados bibliométricos das publicações levantadas; (iii) analisar qualitativamente o uso do conceito nas publicações identificadas.

Procedimentos metodológicos

A investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório, com uso da técnica de revisão de escopo, a qual objetiva investigar a amplitude e características das produções existentes na literatura, bem como contribuir para a clarificação de conceitos que sustentam determinado campo de estudo (Cordeiro; Soares, 2019). Assim, a escolha metodológica permite a análise de como o conceito de Sequestro da Subjetividade vem sendo utilizado e quais são suas contribuições.

Para a realização da revisão, tomou-se como base a leitura dos textos originais em que o conceito é proposto ou desenvolvido (Faria; Meneghetti, 2001; 2007; Faria, 2004; 2017; 2019) para fins de compreensão da proposição. A primeira aproximação com o campo empírico se deu com um mapeamento inicial no *Google* Acadêmico e em diferentes bases de dados, com o uso do descritor "sequestro da subjetividade". Esse levantamento indicou diversidade de produtos acadêmicos publicados, como: artigos em periódicos, artigos e resumos em eventos científicos, trabalhos de conclusão de curso de graduação, relatório de iniciação científica, dissertações, teses, capítulos de livros e livros. Dado o volume de material encontrado, optou-se pela adoção da recomendação PRISMA e seu *check-list* para pesquisas de revisão de literatura (Page *et al.*, 2023), em vistas de definir e executar as etapas de coleta e análise dos resultados.

Para a revisão estruturada, foram escolhidas as bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Spell, com o uso do descritor com operador booleano, assim utilizou-se os termos "Sequestro" AND "Subjetividade" em campos de pesquisa distintos. Os critérios de inclusão previamente definidos foram: estudos em português, com acesso livre. Essa busca resultou em 44 publicações, assim distribuídas: (i) SciELO - quatro artigos e um debate; (ii) Spell - nove artigos; e (iii) Portal CAPES - 20 artigos, cinco dissertações e cinco teses. Diante dos limites temporais e operacionais para a realização do estudo, manteve-se na amostra apenas os artigos publicados em periódicos, o que em conjunto com a eliminação dos textos duplicados, resultou em 21 artigos.

A etapa seguinte consistiu na verificação quanto ao uso do conceito, buscando a expressão "sequestro da subjetividade" na leitura do título, resumo e palavras-chave. Desta avaliação, percebeu-se que alguns artigos não faziam uso da expressão nessas partes textuais, mas restavam dúvidas sobre o uso do conceito, nesses casos optou-se pela busca no corpo do texto e pela verificação da lista de referências para a tomada de decisão quanto à permanência ou não do artigo na amostra. Após essa etapa, feita por dupla checagem, sete artigos foram eliminados por não apresentarem o uso do conceito, embora tenham aparecido nas buscas iniciais. A amostra final resultou, então, em 14 artigos a serem lidos na íntegra. Nesta amostra final, foram incluídos estudos com o conceito expresso no título (n= 6), no resumo (n=7) ou no corpo do texto (n=1).

Considerando os 14 artigos, procedeu-se à leitura em sua totalidade, com dupla checagem. As informações levantadas foram organizadas em uma planilha no programa Planilhas *Google*, com duas abas contendo as seguintes informações: na primeira aba constam os dados bibliométricos, como título, ano de publicação, autores, instituição, tipo de estudo, periódico; e na segunda, estão registradas as análises quanto ao objetivo da pesquisa, método, conceitos utilizados, autores referenciados, forma de uso do conceito e conclusões. Das

informações destacadas nessa planilha, produziu-se o primeiro esboço de resultados, descritos à seguir.

Resultados preliminares

Inicialmente, a análise dedicou-se aos dados bibliométricos. Quanto ao recorte temporal, a primeira publicação analisada é de 2012, mais de 10 anos após a proposição do conceito, mas concentra-se, principalmente, no ano de 2019 (n=6) e 2021 (n=2). Essa informação pode indicar certa morosidade para a capilarização do conceito nas investigações acadêmicas que resultam em artigos publicados em periódicos. Em relação aos autores, há predominância de pesquisadores vinculados a universidades públicas e presença comum de coautorias, o que sugere a articulação em redes acadêmicas, bem como consolida a perspectiva de que a ciência no Brasil se dá majoritariamente no interior das universidades públicas. Considerando o primeiro autor e a instituição à qual este é vinculado, todas as regiões brasileiras são representadas, com a seguinte distribuição: Sudeste (n=6), Sul (n=4), Nordeste (n=2), Norte (n=1) e Centro-Oeste (n=1).

Tendo em vista o periódico em que foram publicados, nove artigos estão em revistas da área de Administração e/ou Estudos Organizacionais, os demais foram distribuídos unitariamente em periódicos das seguintes áreas: Psicologia (especificamente de psicologia do trabalho), Educação, Geografia, Artes Cênicas e Ciências Humanas de forma geral. Essa dispersão editorial sugere que o conceito vem sendo utilizado preponderantemente na área de conhecimento em que se originou, mas têm sido incorporado em outras áreas de conhecimento no campo das Ciências Humanas.

Dos 14 artigos, foi possível identificar estudos teóricos e empíricos, com maior ênfase aos estudos teóricos, assim distribuídos: seis ensaios teóricos, três pesquisas qualitativas com uso de técnica de entrevistas, dois estudos de caso, uma revisão de literatura, uma pesquisa documental e uma pesquisa bibliográfica. Quanto ao foco da revisão de literatura está debater a questão da psicologia como ciência que fornece instrumentos para o sequestro da subjetividade (Junior; Nascimento, 2022); enquanto a pesquisa bibliográfica dedica-se abordar como ocorre o processo de sequestro da subjetividade, estabelecendo relações com o uso descontrolado de medicamentos (Rocha; Santos, 2018). A pesquisa documental reflete sobre o discurso assumido pela literatura sobre o coaching como processo de desenvolvimento humano (Salles *et al*., 2019).

Quanto aos objetivos das pesquisas empíricas, têm-se as discussões sobre: estratégias organizacionais que embasam o sequestro da subjetividade em trabalhadores do segmento de turismo (Martoni, 2012); vivências depressivas e seus impactos nas relações de trabalho e na subjetividade de trabalhadores no segmento bancário (Linhares; Siqueira, 2014); o papel da gestão de pessoas para o alcance dos objetivos estratégicos organizacionais em uma empresa do setor automotivo (Brüning, 2015); o uso do coaching como prática gerencial que produz o sequestro da subjetividade (Castro *et al*., 2021); e práticas que favorecem o sequestro da subjetividade em trabalhadores de um banco público comercial (Doro *et al*., 2021).

Por sua vez, os artigos de ensaio teórico debatem sobre: o discurso sobre empreender como um elemento para o sequestro da subjetividade (Borges *et al*., 2019); o conceito de meritocracia como ferramenta ideológica capitalista (Béhar, 2019); o contexto das artes cênicas, dança e performance (Borges, 2019); e atuação das organizações para o rompimento de identidades e criação de um vazio que favorecem o sequestro da subjetividade (Villar *et al*., 2020). Por fim, dois textos de ensaio teórico fazem um debate sobre o próprio conceito. Ferraz (2019) tem como objetivo discutir o conceito "sequestro da subjetividade" e a realidade que ele

se propõe explicar a partir da discussão de subjetividade-objetividade realizada por Marx. Por sua vez, Faria (2019) tece comentários sobre a crítica de Ferraz (2019), argumentando sobre o controle e sequestro da subjetividade.

Quanto ao uso do conceito, os resultados indicam que: (i) onze artigos fazem menção direta ao conceito em sua proposição original, referenciando diferentes textos com autoria principal de José Henrique de Faria; (ii) três artigos fazem o uso da expressão "sequestro da subjetividade" sem citar os autores propositores do conceito, tampouco definem o conceito, fazendo um uso arbitrário como expressão do senso comum. Essa última informação leva a reflexões possíveis de serem aprofundadas em estudos futuros, por um lado tem-se a possibilidade de popularização do conceito, que passa a ser usado de forma naturalizada; por outro, o não respeito científico por meio da citação dos autores proponentes. A análise também indica que os estudos que se baseiam na proposição dos autores de referência acabam por recorrer a outros autores para contribuir com a discussão ou para melhor compreender como se dá o processo de sequestro da subjetividade, cabendo um aprofundamento sobre quem são esses autores e suas vinculações teóricas e epistemológicas.

A investigação ainda pretende aprofundar, qualitativamente, a análise quanto ao modo como o conceito é utilizado e como contribui em cada um dos 14 artigos em avaliação. De todo modo, algumas reflexões já permitem perceber como o conceito vem sendo utilizado e quais são suas contribuições.

Considerações finais

Os resultados prévios permitem afirmar que o conceito de sequestro da subjetividade tem influenciado estudos nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, com foco em debater, de forma crítica, as relações de trabalho sob comando do Capital, enfatizando: (i) como, por meio de práticas, técnicas de gestão de pessoas, estratégias organizacionais e conhecimentos psicológicos, ocorre o processo de sequestro da subjetividade; e (ii) a articulação deste processo com os temas de empreendedorismo, meritocracia e adoecimento. Como perspectiva de continuidade, essa investigação pretende aprofundar a análise qualitativa dos 14 artigos em avaliação, bem como ampliar a amostra com outras bases de dados, periódicos não indexados e demais produtos acadêmicos identificados

Referências

BÉHAR, A. H. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 249-268, 2019.

BORGES, F. M. Futuros Sequestrados X O Anti-Sequestro dos Sonhos. **Manzuá: Revista de Pesquisa em Artes Cênicas**, v. 2, n. 1, p. 44-44, 2019.

BORGES, D. A. H.; CAPPELLE, M. C. A.; CAMPOS, R. C. Empreendedor de si próprio: como a cultura do management contribui para o sequestro da subjetividade. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 410–427, 2019.

BRUNING, C. O papel da gestão de pessoas na estratégia: um estudo de caso em uma empresa do setor automotivo do Paraná. **Revista de Carreiras e Pessoas,** v. 5, n. 1, 2015.

CASTRO, G. H. C. de; MEDEIROS, B. N.; DIAS, C. A.; SIQUEIRA, M. V. S. Coaching interno: do discurso gerencialista ao sequestro da subjetividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 249–263, 2021.

CORDEIRO, L.; SOARES, C. B. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **Boletim do Instituto de Saúde-BIS**, v. 20, n. 2, p. 37-43, 2019.

DORO, A. P. G.; SALOMÃO, A. H. M.; FERREIRA, V. C. P.; REIS, A. C. R. S. O sequestro da subjetividade nos trabalhadores de um banco público comercial. **Revista de Carreiras e Pessoas**, [S. l.], v. 11, n. 3, 2021.

FARIA, José Henrique de. **Tecnologia e Processo de Trabalho.** Curitiba: Editora UFPR, 1992.

FARIA, J.H. de. **Economia Política do Poder.** Curitiba: Juruá, 2004.

FARIA, J. H. de. **Poder, Controle e Gestão**. Curitiba: Juruá. 2017.

FARIA, J. H. de. A realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao "sequestro da subjetividade". **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 25, n. 1, p. 269–282, jan. 2019.

FARIA, J. H. de; MENEGHETTI, F. K. O seqüestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção. In: **XXV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD)**, 25, Campinas, 2001.

FARIA, J. H. de; MENEGHETTI, F. K. O sequestro da subjetividade. In: FARIA, J.H. de (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 45-67, 2007.

FERRAZ, D. L. da S. Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 25, n. 1, p. 238-268, jan. 2019.

LARA JUNIOR, N.; DO NASCIMENTO, J. O Indivíduo Cínico e Ambicioso das Organizações Capitalistas. **Revista FSA**, v. 19, n. 11, 2022.

LINHARES, A. R. P.; SIQUEIRA, M. V. S. Vivências depressivas e relações de trabalho: uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica. **Cadernos Ebape**. BR, v. 12, n. 3, p. 719-740, 2014.

MARTONI, R. M. Trabalho produtivo no turismo e as aventuras laborativas do "cortês trabalhador". **Revista Espaço e Geografia**, v. 15, n. 1, 2012.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista panamericana de salud publica**, v. 46, p. e112, 2023.

ROCHA, V. H. C.; SANTOS, G. P. Geração de pílulas azuis: a intensa busca pela felicidade na contemporaneidade. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 465–483, 2018.

SALLES, W. et al. "O canto do coaching": uma análise crítica sobre os aspectos discursivos do triunfo ágil difundido no Brasil. **Gestão e Sociedade**, v. 13, n. 36, 2019.

VILLAR, E. G.; WALGER, C. de S.; RESE, N. "Eu te quero só pra mim" - O processo de *sensebreaking* e a ruptura reflexiva da identidade como um *momentum* para o sequestro da subjetividade. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 7, n. 19, 2020.